

# O voto para o Congresso

## Gilberto Pauletti

O perigo é achar que o Parlamento não tem importância, é dispensável. A postura de um grande número de eleitores brasileiros é mais ou menos esta: importante é o presidente.

Outra vez, a esperança se depositando na capacidade do grande pai de quem depende o nosso destino. Até Darcy Ribeiro, num momento infeliz, declarou que era um luxo para o brasileiro poder fazer sua escolha entre um Lula e um Fernando Henrique.

Nossa cultura presidencialista leva até os mais iluminados a raciocinarem estreitamente diante das questões tão importantes para nosso país. Os planos de governo foram exaustivamente discutidos. O Legislativo continua em segundo plano.

Como será composto o novo Congresso? Qual será o índice de renovação? Qual a vantagem de tê-lo mais ou menos renovado? Até agora isso parece não ser uma preocupação dos eleitores.

Esta visão o eleitor precisa ter. Algumas poucas notícias, às vezes demasiadamente sutis ou sofisticadas para o eleitor comum não chegam a balizá-lo sobre isto.

Recentemente, informou-se que havia um convite pronto para o senador José Sarney assumir o Ministério das Relações Exteriores, no governo FHC. Se ele quisesse, o referido ministério era dele. Qual o motivo da oferta? Porque a presidência do Senado que Sarney pretende exercer, já teria um candidato — e compromisso assumido por Fernando Henrique —, o paranaense Andrade Vieira. Aliás, de um estado que tem tudo para ganhar o Ministério da Agricultura, também.

A presidência do Senado, regimentalmente também a presidência do Congresso, tem mais status do que o comando de um ministério. A l é m de fazer parte de outro poder, que ajuda ou prejudica, as iniciativas do Executivo.

O eleitor devia pensar bastante sobre isto: a escolha do deputado, distrital ou federal e

do senador é tão importante quanto a escolha do presidente. Para depois não ficar dizendo no bar da esquina que todo mundo é ladrão.

A suspeita levantada junto à opinião pública sobre o Congresso Brasileiro vai ser medida hoje, depois das insatisfatórias investigações realizadas por diversas CPIs.

Durante o ano todo de 1993 e o primeiro semestre de 1994, as casas legislativas federais estiveram sob permanente bombardeio e levantou-se desconfiança sobre quase todos os parlamentares.

A opinião ficou tão distorcida, em determinados momentos, que certos atos próprios da natureza do cargo se tornaram sinônimo de corrupção. Um deles, talvez o mais apontado, foi o de apresentar emendas ao orçamento.

É parte da atividade de cada parlamentar operar assim, como forma de corrigir rumos e defender interesses — claro, desde que legítimos. Mas, a partir de um determinado momento, emendar passou a significar roubar.

Por este Brasil afora, os cidadãos ficaram com a impressão de que o Congresso inteiro não merecia nenhuma confiança, nenhum respeito. E o cargo de deputado ou senador (este em menor escala) virou quase um palavrão.

Durante a campanha, mais do que em outros anos eleitorais, falou-se muito pouco sobre as eleições proporcionais. O índice de indecisão entre os eleitores era, até poucos dias atrás, infinitamente superior às dúvidas quanto as eleições majoritárias.

O desencanto atingiu até os próprios parlamentares. Um dos exemplos mais gritantes é o do deputado Nelson Jobim, considerado um dos mais destacados deputados federais, que desistiu de tentar a reeleição.

E não está se falando de um político de menor grandeza. Jobim foi o relator da revisão constitucional. Ganhou um dos maiores espaços que a mídia nacional concedeu aos parlamentares.